

# BRASIL E CREDORES VOLTAM À MESA

As negociações recomeçam hoje, e pode haver acerto quanto à questão da vinculação dos empréstimos. A cláusula de penhora será discutida depois.

As negociações do Brasil com os bancos credores, suspensas desde a semana passada, serão retomadas hoje em Nova York. "Recebemos sinais, dos bancos e das autoridades econômicas de outros países, de que poderemos caminhar para uma solução que satisfaça os dois lados na questão do relacionamento do acordo com os bancos ao acordo com o FMI", disse o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Os negociadores brasileiros, Sérgio Amaral e Antônio de Pádua Seixas, embarcaram ontem à noite para os Estados Unidos.

Mailson da Nóbrega disse que o Brasil aceita "algum tipo de relação" (ou vinculação) entre os desembolsos dos bancos e os do FMI. Mas observou que o governo não mudou sua posição de não aceitar a vinculação "automática e rígida" entre os desembolsos. Segundo o ministro, o Brasil também não concorda que a vinculação abranja a totalidade das parcelas do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões, em negociação com os bancos.

Quanto à cláusula de penhora exigida pelos bancos — outra divergência entre o governo brasileiro e os bancos, que provocou a suspensão das negociações —, Mailson da Nóbrega disse que o assunto só será discutido após um acerto na questão da vinculação das parcelas. Mas o ministro adiantou que o Brasil "não aceita" que suas reservas sejam incluídas na cláusula de penhora (de acordo com a cláusula, os bancos credores poderiam penhorar bens e reservas brasileiras, caso o País decretasse novamente uma moratória unilateral).

O ministro da Fazenda não quis antecipar detalhes da proposta brasileira de vinculação não-automática e parcial entre os desembolsos dos bancos e do FMI. "Se fizessemos isso, prejudicaria-

mos as negociações em Nova York", justificou-se. Para Mailson da Nóbrega, a "certeza" de que o Brasil fechará um acordo com o FMI já é "uma garantia, um tipo de relação" que os bancos credores devem levar em conta. Segundo Mailson, os bancos já aceitaram esse tipo de raciocínio para o acordo entre o Brasil e as agências oficiais de crédito dos países desenvolvidos ("Eximbanks"), que será negociado depois que o País fizer o acordo com o FMI.

Mailson comentou ainda que o Brasil "compreende a necessidade" dos bancos credores de terem garantias de que o FMI e os "Eximbanks" (no âmbito do Clube de Paris) também fecharão acordos e farão desembolsos após o encerramento das negociações em Nova York. Mas, mesmo assim, previu que o acordo com os bancos será fechado antes. "O acordo com os bancos é uma questão de semanas. Já o acordo com o FMI estará pronto em julho ou agosto", afirmou.

## Sinais

Os sinais de que os bancos estavam dispostos a reiniciar as negociações surgiram no último final de semana, em vários contatos telefônicos realizados com representantes do comitê assessor dos bancos e autoridades econômicas dos países desenvolvidos. E a decisão de voltar a discutir o acordo com os bancos foi tomada ontem, em almoço entre o ministro da Fazenda e os chefes da missão negociadora.

Mailson da Nóbrega disse que manteve contatos com vários ministros de Economia de outros países. Mas negou-se a dizer se ao ministro canadense, Michael Wilson, foi feito um pedido para que intercedesse junto aos bancos de seu país, que estariam assumindo uma forte oposição à vinculação parcial proposta pelo Brasil.



Mailson: "O acordo com os bancos é uma questão de semanas".

## FMI quer saber da balança

Como o processo de liberalização das importações e de desburocratização das exportações pode influir, no segundo semestre deste ano, sobre os resultados da balança comercial do Brasil. Esta foi uma das questões analisadas ontem pelos técnicos da missão do Fundo

Monetário Internacional (FMI), de acordo com informação divulgada ontem, em nota oficial, pela Assessoria de Imprensa do Banco Central. Além desse tema, a missão do FMI discutiu, ainda, com uma equipe do Departamento Econômico do Banco Central, o problema do déficit público e a atual situação da balança de pagamentos do Brasil.